



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 521/2020/SUPEL-ASSEJUR

Referência: Processo administrativo 0028.374172/2019-27 - **Pregão Eletrônico**
nº 532/2019/KAPPA/SUPEL/RO

Procedência: Comissão de Licitação KAPPA/SUPEL.

Interessado: Secretaria de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

Objeto: Aquisição de embarcações, motores de popa e carretas rodoviárias e engate reboque para barco, tendo como interessada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, visando atender as demandas das ações constantes nos Comitês de Bacias Hidrográficas da Coordenadoria de Recursos Hídricos – COREH, custeados com recursos financeiros do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO.

Valor estimado: R\$ 413.024,72 (quatrocentos e treze mil, vinte e quatro reais e setenta e dois centavos).

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Recurso. Conhecimento. Comprovação de assistência técnica. Improcedente.

I - INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente **ALUMÍNIO ARQUITETURA & CONSTRUÇÕES LTDA** (0011646316), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado a pedido do Sr. Superintendente para fins de análise e parecer jurídico.
3. Abrigam os autos o **Pregão nº 532/2019/KAPPA/SUPEL/RO**.

II - ADMISSIBILIDADE

4. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e

tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

5. Foi apresentada contrarrazão ao recurso pela licitante **LIFE COMERCIO E SERVICOS - EIRELI** (0011646346).

III - DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE ALUMÍNIO ARQUITETURA & CONSTRUÇÕES LTDA (0011646316)

6. A Recorrente apresenta inconformismo com a decisão que classificou a Recorrida **LIFE COMERCIO E SERVICOS - EIRELI**.

7. Afirma que a recorrida está em descumprimento à regras editalícias, com relação a comprovação de assistência técnica em Porto Velho - RO, apresentando em sua intenção recursal o seguinte argumento:

"manifesto minha intenção de recurso considerando, que a empresa vencedora, não cumpriu a regra do edital do item 06 e subitem 6.2.- comprovação de assistência técnica em Porto Velho."

8. Afirma ainda que a recorrida apresentou uma pessoa física como responsável pelas manutenções e assistências técnicas dos equipamentos, salientando ainda que o "responsável" pelas assistência técnicas tem seu Registro Geral inscrito no estado do Mato Grosso, sendo assim, possivelmente o mesmo não resida na cidade de Porto Velho - RO.

9. Acentua que o subitem 6.2 ANEXO I (Termo de Referência), trás o seguinte conteúdo em seu teor:

6.2. Deverá ser comprovada a capacidade de assistência técnica por empresa concessionária, estabelecida na cidade de Porto Velho - Estado de Rondônia.

10. Diante das alegações, a recorrente pugna pelo conhecimento e procedência do seu recurso, e que seja reformada a decisão que habilitou a recorrida **LIFE COMERCIO E SERVICOS - EIRELI** para o LOTE 2, desclassificando-a e dando sequência ao certame licitatório.

11. Caso o pedido não seja acatado, que o presente recurso seja remetido à Autoridade Superior.

IV- DA CONTRARRAZÃO DA LICITANTE LIFE COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI (0011646346)

12. Em sua contrarrazão, a Recorrida afirma que a Recorrente tem a intenção de tumultuar o certame, sendo suas alegações totalmente desconexas, pois a Recorrida não apresentou documento algum afirmando que seria uma pessoa física a responsável pela assistência técnica.

13. Para excluir qualquer dúvida a respeito da exigência do subitem 6.2 TR supramencionado, fora incluído dados da empresa garantidora da assistência técnica.

Nome Empresarial: Israel Moraes dos Santos 61683540263.

Cnpj nº 13.785.133/0001-62.

End. Rua Raimundo, Cantuária, nº 2394 Bairro Mato Grosso – Porto Velho – Rondônia.

E-mail: Israelpintura78@gmail.com.

Tel. (69) 9.8117-0781.

14. Acentuando que assim, o recurso não encontra fundamento jurídico em suas razões, nem mesmo no próprio Edital/Anexos, fazendo-se necessário seu desprovemento.

15. Pugna a recorrida pela improcedência do recurso e que seja mantida a decisão de sua habilitação.

V - DECISÃO PREGOEIRO (0011777144)

16. Compulsando os autos, a Pregoeira julgou:

- Pela **manutenção da Decisão** que HABILITOU a proposta das empresa: **LIFE COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI, para o LOTE 2.**

17. Julgando assim **IMPROCEDENTE** o referido recurso.

VI - PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

18. Preliminarmente esclarecemos que a Recorrente **ALUMÍNIO ARQUITETURA & CONSTRUÇÕES LTDA**, apresentou intenção recursal, potencializando posteriormente com o recurso (0011646316).

19. Recurso este que insurge contra a habilitação da Recorrida **LIFE COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI** para o LOTE 2.

20. Relata que a recorrida descumpriu regras editalícias, quanto a comprovação de assistência técnica em Porto Velho, afirmando ainda que a Recorrida apresentou, como responsável pela assistência técnica, uma pessoa física, e que possivelmente, tal "responsável" pela assistência técnica fora de outro Estado, haja vista ter seu Registro Geral inscrito no estado do Mato Grosso.

21. Logo, em tese, descumprindo ao subitem 6.2 do Edital (ANEXO I) supracitado.

22. Pois bem, ocorre que a Recorrida tanto na sua Proposta (0011143206 - pág. 6), como na Declaração (0011143206 - pág. 52), possui declarada a assistência técnica nos locais que estiverem equipamentos instalado/operando.

23. Ao adentrarmos ao mérito de interpretação do Edital (Anexo I), podemos verificar que, não há exigência alguma de documento específico no que se refere declaração de assistência técnica, mas que tão somente, comprove possuir assistência técnica na cidade de Porto Velho, nos quais fora suprido na Declaração supramencionada.

24. Ademais, a Recorrida no intuito de rechaçar qualquer dúvida relacionado ao assunto em pauta, incluiu em sua contrarrazão, dados referente a pessoa jurídica responsável pela assistência técnica na cidade de Porto Velho.

25. De acordo com o art. 41, da Lei nº 8.666/93, *"a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"*.

26. Sabe-se que o Edital faz lei entre as partes, desta forma, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Nesse sentido o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou acerca do tema:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. **Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital.** Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir

determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. (RESP 1178657)

27. Transparecendo assim qualquer objeção interpretativa quanto ao conteúdo do Edital/Anexos, logo, sendo atendida todas as regras editalícias por parte da Recorrida.

28. Portanto, tendo por respaldo à análise de documento comprobatório anexado aos autos (0011143206), entendemos correta a decisão da Pregoeira, mantendo habilitada a Recorrida **LIFE COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI** para o LOTE 2.

VII - CONCLUSÃO

29. Ante o exposto, respaldado na análise do documento comprobatório anexado aos autos (0011143206), opinamos pelo conhecimento do recurso e pela **manutenção** da decisão da Pregoeira, julgando da seguinte forma:

- **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **ALUMÍNIO ARQUITETURA & CONSTRUÇÕES LTDA**, mantendo HABILITADA a recorrida **LIFE COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI** para o LOTE 2.

30. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

31. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

32. O presente parecer carece da aprovação por parte do Procurador Geral do Estado, em consonância ao art. 11, V, da LCE n. 620/2011 e arts. 8º, § 3º c/c 9º, II, da Resolução n. 08/2019/PGE/RO.

33. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Falcao Ribeiro, Procurador(a)**, em 26/06/2020, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 30/06/2020, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0012148972** e o código CRC **B5D0C6EB**.